



# CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000163  
um

PROCESSO Nº 2624/2021

04/11/21 - 16:51

CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Ofício nº 87/2021 – GB/VCS

Toledo, 04 de novembro de 2021.

Aos Senhores

**EDUARDO HOFFMANN**

**FABIANO SCUZZIATO**

Assessores Jurídicos

Câmara Municipal de Toledo

**Assunto: Emissão de parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 162, de 2021.**

Senhores Assessores,

Considerando o disposto nos incisos I, II, V e VI do artigo 8º da Lei nº 1.964, de 13 de agosto de 2007, que dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa da Câmara Municipal de Toledo;

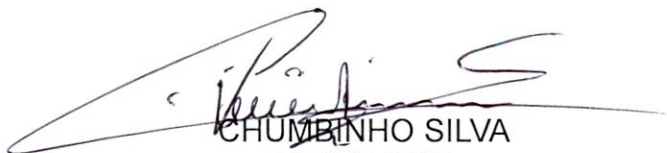
Considerando o disposto nos incisos I, II e V do artigo 12 e nos incisos II, V, IX, XIII, XV, XVIII, XXV e XXVI do artigo 25 do Ato nº 29, de 23 de maio de 2019, que regulamenta a estrutura administrativa e define as atribuições dos cargos da Câmara Municipal de Toledo:

Considerando o disposto no inciso II do § 7º do artigo 94 do Regimento Interno;

Solicito aos assessores jurídicos a emissão de parecer jurídico sobre o Projeto de Lei nº 162, de 2021, que deverá abranger, no mínimo, os seguintes tópicos:

- a) os dispositivos constitucionais ou legais nos quais está fundada a validade do ato normativo proposto;
- b) as consequências jurídicas dos principais pontos da proposta de ato normativo;
- c) as controvérsias jurídicas que envolvam a matéria; e
- d) a conclusão a respeito da constitucionalidade e da legalidade da matéria.

Atenciosamente,

  
CHUMBINHO SILVA  
VEREADOR



# CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

0000164

## PARECER JURÍDICO Nº 279.2021

**Assunto:** Projeto de Lei nº 162.2021.

**Protocolo:** 2624.2021, Vereador Chumbinho Silva

**Objetivo:** Acrescenta, modifica e revoga dispositivos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Toledo.

**Autor do PL:** Poder Executivo

**Parecer:** Legalidade.

### I. Relatório

Solicita o Vereador Chumbinho Silva a análise do Projeto de Lei nº 162.2021, de autoria do Poder Executivo, que *acrescenta, modifica e revoga dispositivos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Toledo*.

É o relatório.

### II. Parecer

De início cumpre salientar que na forma do art. 30 Lei Orgânica do Município de Toledo, que se trata de projeto pode ser de competência do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme se observa do art. 30 da LOM.

É o parecer pela legalidade da tramitação deste projeto.

Toledo, 09 de novembro de 2021.

**Eduardo Hoffmann**  
Assessor Jurídico

**Fabiano Scuzziato**  
Assessor Jurídico